

# Glifosato: ANIPLA apela ao ministro da Agricultura o voto positivo de Portugal

25 de Outubro, 2017

A Anipla – Associação da Indústria para a Proteção das Plantas enviou ao ministro da Agricultura, Florestas e do Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, uma carta onde apela a que este ministério possa dar instruções de voto positivo aos representantes portugueses que participam na votação comunitária que decide hoje, 25 de Outubro, a renovação da autorização da utilização do glifosato na agricultura europeia.

A votação acontece no Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal, que vota esta quarta-feira a renovação da licença que permite a utilização do glifosato no espaço comunitário, ainda que restrito à utilização agrícola profissional. Recorde-se que em abril de 2016 o Parlamento Europeu, reunido em Estrasburgo, havia aprovado a renovação da licença por sete anos, por 374 votos a favor, 225 contra e 102 abstenções.

Para António Lopes Dias, diretor executivo da Anipla, “esta votação deve ser ponderada e realista, uma vez que a inibição de utilização do glifosato provoca danos demasiado severos, com perdas incalculáveis tanto para os produtores agrícolas, quanto para Portugal. Registámos as preocupações do setor agrícola numa carta dirigida ao senhor ministro, para que Portugal baseie as suas decisões na ciência e vote positivamente”.

Para o representante da indústria para a proteção das plantas, “apesar de haver outras substâncias autorizadas para o mesmo efeito, não existe nenhum substituto direto, pelo que a sua retirada causaria grande transtorno na atividade agrícola, no ambiente e até para questões como a segurança e prevenção de incêndios nas florestas”.

A associação recorda o ministro que os herbicidas presentes no mercado, e cuja composição inclui o Glifosato, são fundamentalmente produtos que, se aplicados de acordo com as recomendações, não apresentam riscos nem para o utilizador, nem para o consumidor, e ainda têm vantagens para o meio-ambiente, por permitirem a redução das emissões de carbono como consequência da menor utilização de meios mecânicos, na proteção dos solos para o grave problema da erosão em Portugal, na prevenção dos incêndios nas florestas, nas vias férreas e outras vidas de comunicação, e ainda na defesa dos parques naturais de espécies invasoras.

Apesar das campanhas alarmistas que surgiram por todo o mundo nos últimos anos, respeitadas autoridades europeias e mundiais para a segurança e saúde são unânimes na indicação da não perigosidade do glifosato, como foi a recente posição da Agência Europeia dos Produtos Químicos, em março deste ano, ao partilhar não ter encontrado evidência na ligação da substância ao cancro em seres humanos. Esta mesma posição já havia sido apresentada pela

EFSA, pela FAO, e ainda por diferentes autoridades nacionais fora da UE, de países como o Canadá, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, indica a ANIPLA.